



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° , DE 2013

(Dep. Sarney Filho – PV/MA e Dep. Chico Alencar – PSOL/RJ)

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente, para discutir denúncias contidas no Relatório “Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj”, da Plataforma Dhesca Brasil

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no Art. 255 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir o relatório “Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj”, produzido pela Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Brasil.

Requeiro, na oportunidade, sejam convidados a participar da Audiência Pública a(o)s senhora(e)s:

- Relatora Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Brasil, Sra. Cristiane Faustino;
- Presidente da Associação Homens e Mulheres do Mar (AHOMAR), Sr. Alexandre Anderson de Souza;
- Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Sr. Gabriel dos Santos Rocha;
- Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Carlos Klink.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Brasil, articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), lançou, no dia 2 de setembro, relatório intitulado “Indústria do Petróleo e Conflitos Ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj”.

O documento contém o resultado da investigação de denúncias sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), empreendimento da Petrobrás, envolvendo temas como: (i) flexibilização do licenciamento ambiental; (ii) riscos e danos ambientais aos ecossistemas e à biodiversidade; (iii) violações dos direitos individuais e coletivos (inclusive assassinatos e ameaças de morte) de pescadores e pescadoras artesanais que vivem no entorno da Baía de Guanabara (BG); (iv) limites do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; (v) violações dos direitos difusos de um significativo contingente populacional do estado do Rio de Janeiro.

O Relatório constatou graves violações aos direitos humanos e socioambientais, e dirigiu uma série de recomendações ao poder público, à Petrobrás e ao BNDES.

É importante que esta Casa, em especial a Comissão de Meio Ambiente, ouça as denúncias e propostas contidas no documento, bem como as respostas das autoridades acerca delas.

Por isso, pedimos que seja aprovado o presente requerimento.

Sala da Comissão, em 18 de setembro de 2013.

Sarney Filho

Deputado Federal – PV/MA

Chico Alencar

Deputado Federal - PSOL/RJ